

Democracias na América Latina



Por MARCO AURÉLIO GARCIA*

Claude Lefort e a transformação democrática na América Latina

A despeito de sua passagem pela Universidade de São Paulo nos anos 1950, a influência das ideias de Claude Lefort no Brasil só se fez sentir na década de 1980, quando extravasaram o ambiente acadêmico incidindo também sobre intelectuais e grupos de uma esquerda que se reorganizava naquele momento crepuscular da ditadura.

Depois de mais de uma década de existência, o regime ditatorial enfrentava dificuldades. Tentava levar adiante um processo de transição, por ele mesmo qualificado como “lento, gradual e seguro”. Militares e civis buscavam, em meio aos efeitos locais de uma grave crise econômica global, antecipar alternativas conservadoras que prevenissem um colapso, quando se avolumavam sinais de descontentamento na sociedade com o governo.

No centro do debate político estava a questão da democracia. Mas que democracia?

A oposição consentida defendia majoritariamente um pacto que permitisse a volta ao Estado de Direito, englobando a promulgação de uma anistia aos perseguidos pelo regime, que acabou finalmente beneficiando também os responsáveis pelas violações dos direitos humanos. O pacto seria mais tarde (em 1985) exitoso quando, frustradas as eleições diretas, prevaleceu o acordo com parte da base política da ditadura, que permitiu a escolha indireta de Tancredo Neves para presidente.

Mas o Brasil havia mudado sob a ditadura. E mudado muito. O chamado “milagre econômico”, fruto do desenvolvimentismo dos militares, diferentemente do que ocorrera em outras ditaduras do Cone Sul – onde predominaram políticas econômicas ultraliberais – havia permitido um crescimento exponencial das classes trabalhadoras nas cidades e no campo, privadas, de fato e de direito, de uma organização sindical autônoma. Ao mesmo tempo, a deterioração das condições de vida de amplos setores da população, teve como contrapartida a auto-organização de muitos segmentos sociais, para enfrentar as vicissitudes do cotidiano.

A emergência de um novo sindicalismo e de movimentos sociais era marcada por fortes demandas econômicas e sociais que não encontravam eco na oposição legal ou naqueles grupos que a sustentavam desde a sombra. Isso reforçava a exigência de *autonomia*, que marcava as reivindicações e a atuação desses novos sujeitos. Enquanto a oposição parlamentar defendia uma agenda de natureza eminentemente político- institucional, crescentes setores da oposição alternativa propugnavam reformas democráticas mais amplas, abarcando inclusive demandas econômicas e sociais.

Esse quadro, sintética e esquematicamente esboçado, explica por que as ideias de Lefort, ainda que com muitas mediações, encontraram receptividade em núcleos do que poderíamos chamar de *esquerda social*, em vias de formação no Brasil naquele momento.

Todos os segmentos da esquerda brasileira – da tradicional até os grupos armados – haviam sofrido uma terrível derrota política e militar durante os anos 1970. Essa derrota era sobredeterminada pela crise dos paradigmas ortodoxos que haviam, por décadas, informado as esquerdas no Brasil, na América Latina e no mundo. Antes mesmo da queda do Muro de Berlim (em 1989) e da autodissolução da União Soviética (em 1991) a crise polonesa e a emergência do sindicato Solidariedade, apontavam internacionalmente para a possibilidade (ou, ao menos, para a necessidade) de uma alternativa pós-comunista, que seria também pós-social-democrata, tendo em vista os descaminhos da socialdemocracia europeia naquele momento. Os acontecimentos da Polônia tiveram forte repercussão no Brasil, não só porque alimentavam o

anticomunismo da direita, mas também porque davam a setores sindicais e da esquerda argumentos para fortalecer suas reivindicações de autonomia e sua oposição ao regime local, especialmente quando o general Jaruzelski assumiu o poder em Varsóvia.

A reconstrução da esquerda passava necessariamente por esta *esquerda social*, órfã de paradigmas, mas em cuja prática se podiam detectar novas preocupações como aquelas em torno da noção de *autonomia* e de uma requalificação da *democracia*.

O tema da autonomia ganhou importância principalmente no movimento operário e naqueles movimentos sociais urbanos organizados, na maioria das vezes territorialmente, e refletiu-se em inúmeros estudos surgidos no período. No que se refere ao movimento operário, esses estudos mostravam que suas reivindicações econômicas (salariais, principalmente) ou democráticas (liberdade e autonomia sindical) se articulavam com demandas de mudança nos processos de trabalho e na disciplina fabril. Exploração e dominação apareciam como um par indissolúvel a ser combatido. Essa ampliação da agenda emancipatória das classes trabalhadoras chamava a atenção – ainda que para poucos – para as condições de trabalho nos países que eufemisticamente eram designados como do “socialismo realmente existente”.

Esses temas foram também tratados à época por Cornelius Castoriadis, que compartilhara com Lefort, por muitos anos, a militância no grupo Socialismo e Barbárie. Ainda que com enfoques e ênfases diferenciados, que não é o caso de aqui abordar, Lefort e Castoriadis ofereciam elementos de reflexão para esta esquerda que mantinha estreita relação com uma efervescente sociedade. A presença física dos dois no Brasil e a tradução de suas obras para o português fortaleciam essa influência.

É importante destacar que, a despeito de um certo provincianismo das esquerdas brasileiras, a abertura política que se esboçava trouxe consigo – como em muitos outros países, em situações semelhantes – um ambiente de intenso debate de ideias que apontava para a renovação da cultura política local. É nesse clima que as obras de Lefort e Castoriadis são publicadas e discutidas no país.

Nesse período registra-se uma crescente diferenciação nas oposições brasileiras quanto à noção de democracia. É importante destacar, no entanto, que esta diferenciação não implicou desconsideração da centralidade que a questão democrática deveria ter nas mobilizações antitadura. É evidente que o recente passado de arbítrio contribuía para uma extrema valorização da democracia e dos direitos humanos. Todos haviam, de alguma maneira, experimentado em seu cotidiano o drama do autoritarismo.

Para as classes trabalhadoras e para a esquerda social, ainda que, em um primeiro momento, fossem privilegiadas as questões econômicas ou aquelas relacionadas à liberdade de organização sindical, abriu-se o caminho para uma compreensão mais ampla e dinâmica da democracia. Essa dinâmica talvez tenha sido uma primeira percepção da *invenção democrática*.

Outros setores das oposições privilegiavam a “volta ao Estado de Direito”, um processo que mesclava um liberalismo de poucas raízes no Brasil e as velhas práticas da conciliação, estas com profundas raízes no país.

Foi importante para os trabalhadores compreenderem que a democracia não era uma criação da burguesia, raciocínio qualificado por Lefort como uma “aberração” política. A democracia era uma conquista popular difícil e continuada, na qual os trabalhadores tiveram e teriam papel decisivo.

Entre os intelectuais, a renovação da filosofia política e dos estudos de história dos séculos 19 e 20, lembravam que as burguesias europeias haviam ascendido e consolidado sua dominação por meio de um liberalismo de pacotilha, quando não valendo-se de processos políticos abertamente antidemocráticos.

“*La légalité nous tue*”, proclamara Odilon Barrot, em janeiro de 1849, na Assembleia Nacional francesa na condição de primeiro-ministro de Luís Bonaparte. Trata-se de uma das muitas expressões da *simbiose ativa* de uma burguesia emergente com o Antigo Regime, conforme escreveu Arno Mayer.

A democracia dispensava adjetivos, ainda que não fosse irrelevante saber que classes ou grupos sociais tinham hegemonia na sociedade. A desadjetivação da democracia não podia ser substituída, no entanto, por seu aprisionamento a um conjunto de princípios e regras que, mesmo necessários, não davam conta das mudanças econômicas, sociais, políticas e culturais em curso, resultantes da ação dos novos sujeitos que passaram a intervir no espaço público, mudando sua configuração.

Marilena Chaui, apresentando *A Invenção Democrática*, de Claude Lefort, em 1983, anota que “a democracia é invenção porque, longe de ser a mera conservação de direitos, é a criação ininterrupta de novos direitos, a subversão contínua do estabelecido, a reinstituição permanente do social e do político”. [p. 11]

Essa formulação parte de uma constatação e, ao mesmo tempo, aponta para um novo horizonte. A constatação, antecipada por uns poucos, décadas atrás, é a do fracasso da experiência revolucionária soviética e daquelas que nela se inspiraram. Fracasso que teve nos anos 1989 e 1991 dois momentos emblemáticos, como assinalamos – a queda do Muro e o fim da URSS. É claro que essa constatação não é compartilhada por todos. Assim não pensam aqueles que relativizam o significado do colapso comunista, por meio de explicações historicistas (condições nacionais e/ou internacionais em que se desenvolveram essas experiências) ou subjetivistas (distorções provocadas pelo “culto à personalidade”).

Lefort, assim como Castoriadis, que haviam abraçado, décadas atrás, o trotskismo para explicar os descaminhos do bolchevismo, abandonaram as pioneiras análises de Trotsky e construíram, em torno da noção de *totalitarismo*, uma explicação para o regime que se estabeleceu na URSS por mais de 70 anos. Mais que isso, Lefort considerava que qualquer projeto de esquerda exigia a compreensão do fenômeno do totalitarismo, sem o que corria-se o risco de repeti-lo.

Nesse sentido o alcance da crítica lefortiana foi aqui mais restrito. A discussão sobre o totalitarismo era mais europeia. O Brasil e a América do Sul estavam confrontados com a persistência ou os resíduos de sangrentas ditaduras, que haviam sido implantadas com o apoio dos Estados Unidos. A queda da União Soviética, mesmo para aqueles que criticavam seu modelo econômico e político, introduzia, no entanto, uma mudança na correlação de forças internacional desfavorável às esquerdas locais.

Esse raciocínio não podia, no entanto, eludir, porém, uma questão maior. O paradigma revolucionário que, por décadas, inspirou as esquerdas latino-americanas, deixara de existir, mesmo em países – como o Brasil – onde os sujeitos tidos como protagonistas das transformações sociais – os trabalhadores – não só persistiam, como, em boa medida, haviam se fortalecido.

As enormes desigualdades que marcavam o continente no período pós-ditatorial exigiam a construção de projetos de mudança que fizessem da inclusão social o eixo das transformações e, em consequência, pediam novas políticas econômicas.

Essa exigência se fez mais urgente na medida em que as políticas econômicas aplicadas no período de transição à democracia em muitos países – marcadas por um ultraliberalismo, frequentemente herdado das ditaduras – agravavam a desigualdade e lançavam compreensíveis dúvidas sobre a superioridade da democracia vis-à-vis os regimes ditatoriais.

É nesse contexto que a tese da *revolução democrática* ganha relevância, como um processo que permite transformações tangíveis, nos marcos das instituições – ampliando-as – para dar passagem aos “novos personagens” (segundo a expressão do saudoso Eder Sader) que adentravam a cena política de nossos países.

Mas a falta de uma maior substância da revolução democrática conspirou contra seu êxito, menos quando seus defensores estavam na oposição, mais quando eles chegaram ao governo.

No passado a esquerda esgrimiu a noção de *estratégia* – expressão com nítidas conotações militares – para desenhar o que aparecia como um seguro caminho revolucionário em direção a seus objetivos finais libertários. A mudança de paradigma, ou o abandono prático de qualquer paradigma, paralisaram a ação política ou a submeteram a um perigoso ecletismo.

A conquista de governos por forças de esquerda ou por coligações nas quais as esquerdas estão presentes não se confundia com a “tomada do poder”. Até porque o poder deixou de ser considerado como um *locus* a ser conquistado. O poder, antes, deve ser entendido como uma relação de forças, um campo permanente de disputa. Mas, em muitos casos, as forças políticas se contentaram com a tomada de nossos “Palácios de Inverno”... tropicais.

Os poderes fáticos, internacionais e locais, permaneciam e permanecem atuantes, sobretudo quando têm presente as perdas que estão sofrendo e que podem sofrer.

Nos últimos 15 anos a América do Sul passou por transformações importantes. Ainda que permanecendo como uma região de profundas desigualdades sociais, a quase totalidade de seus governos foi capaz de implementar políticas econômicas que reduziram, em distintos níveis, a pobreza e fomentaram um inédito processo de inclusão.

É relevante que todas essas mudanças tenham sido feitas no marco da democracia. Os condutores nacionais das

transformações sociais chegaram a seus governos por meio de eleições internacionalmente consideradas como transparentes, livres e com ampla participação popular.

Se é verdade que cada uma dessas experiências nacionais tem sua especificidade histórica, não é menos certo que alguns traços comuns as unificam, o que explica os avanços ocorridos no processo de integração continental na última década.

Hoje, passados mais de 10 anos das transformações desencadeadas na Venezuela, Brasil, Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai e Equador, para citar os casos mais exemplares, essas experiências aparentam haver tocado um certo limite.

A maioria das explicações para essa nova situação se concentra na análise de fatores econômicos, sobretudo internacionais, como a incidência sobre a região do fim do super ciclo de commodities, que havia sido importante para a inserção competitiva da América do Sul no mundo. Ainda que a explicação tenha sua pertinência, não se pode esquecer que o nível de dependência das economias da região vis-à-vis a economia global, mesmo sofrendo os efeitos da crise, é bastante diferenciado. Basta lembrar que em países como o Brasil – hoje fortemente golpeado pela crise – o fator determinante do ciclo de crescimento da primeira década do século foi o mercado interno.

Assim, ao hipertrofiar essas determinações exógenas, minimizam-se fatores econômicos internos, com os quais se defrontaram os projetos responsáveis pela transformações ocorridas nos primeiros anos.

A democratização da região ocorreu de forma desigual, mas constante. Em muitos países, sobretudo na área andina, a presença de novos atores sociais e políticos no espaço público – os povos originários, especialmente – chocou-se com a estreiteza das instituições existentes, obrigando a realização de refundações institucionais. Não por acaso, países como a Venezuela, o Equador e a Bolívia passaram por processos constituintes para dar conta de novas dinâmicas sociais e políticas. É importante assinalar que esses três países, que haviam vivido continuadas crises institucionais, conseguiram estabilizar seus governos.

Mesmo em outras nações – sobretudo no Cone Sul – onde a transição das ditaduras à democracia se fez sem grandes rupturas, assiste-se nos últimos tempos a emergência de movimentos de contestação aos governos. Contestação difusa, pois não engendra claras alternativas de oposição, excetuando-se manifestações conservadoras, extremamente minoritárias, que antes não tinham expressão pública.

A crise dos paradigmas tradicionais da esquerda não significa que a invenção democrática deva ser um processo errático, sem direção, mergulhado na bruma da história.

A maioria dos processos democráticos em curso na América do Sul carece de uma narrativa, aí incluído o que ocorre no Brasil. A importância desses processos não pode ser avaliada apenas pelas transformações econômicas, sociais e políticas que eles foram e são capazes de produzir, e elas não foram poucas nem irrelevantes. Mas também – e talvez principalmente – devem ser medidas pela força continuada de seu exemplo, por sua capacidade de mobilizar grandes contingentes sociais e de ocupar o imaginário de gerações e de se transformar finalmente em uma referência crítica mas, ao mesmo tempo, em um novo paradigma intelectual e de ação.

No que vem ocorrendo na América do Sul nesta última década, onde há claros indícios de um processo de revolução democrática em curso, há, o risco de revestir essas transformações de um conteúdo que não lhe é próprio e até mesmo oposto. Lembremos as palavras de Marx em *O 18 Brumário*: “É justamente quando parecem empenhados em revolucionar-se a si e às coisas, em criar algo que jamais existiu, [...] os homens conjuram ansiosamente em seu auxílio os espíritos do passado, tomando-lhes emprestados os nomes, os gritos de guerra e as roupagens, a fim de apresentar a nova cena histórica do mundo nesse disfarce tradicional e nessa linguagem emprestada”.

Um discurso fundado em experiências revolucionárias passadas e fracassadas não será capaz de ocupar o vazio que a ausência de uma narrativa original sobre o processo de invenção democrática em curso deixa. Uma das contribuições que Lefort nos deixou foi a de associar o destino do socialismo às perspectivas da revolução democrática. Por isso ele abre sua reflexão sobre a experiência soviética – no *La Complication* – com a frase aparentemente paradoxal: “O comunismo pertence ao passado; por outro lado, a questão do comunismo permanece no coração de nosso tempo”.

É conhecida a boutade segundo a qual as esquerdas latino-americanas no passado tinham ideias, mas não votos e que hoje elas possuem votos mas faltam-lhes ideias.

Processos de inclusão social, do porte dos que a América do Sul assistiu na última década não podem produzir apenas

dezenas de milhões de produtores e de consumidores sujeitos, no entanto, a uma regressão social se o processo se interrompe e até mesmo é revertido.

Superadas as dificuldades conjunturais por que passam várias experiências democráticas na América do Sul – e elas não são pequenas – cabe às esquerdas construir a narrativa das transformações realizadas, como condição de possibilidade de definição das linhas gerais de novos paradigmas para uma transformação realmente democrática de nossa América.

***Marco Aurélio Garcia (1941-2017)** foi professor no Departamento de História da Unicamp e assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais nos governos de Lula e Dilma. Autor, entre outros livros, de *Construir o amanhã: reflexões sobre a esquerda* (1983-2017) (Fundação Perseu Abramo).

Este texto foi o roteiro utilizado por Marco Aurélio Garcia em sua participação no Colóquio Internacional “Claude Lefort: a invenção democrática hoje”, na Universidade de São Paulo, em 14 de outubro de 2015.

Publicado originalmente na revista [Teoria e debate](#).